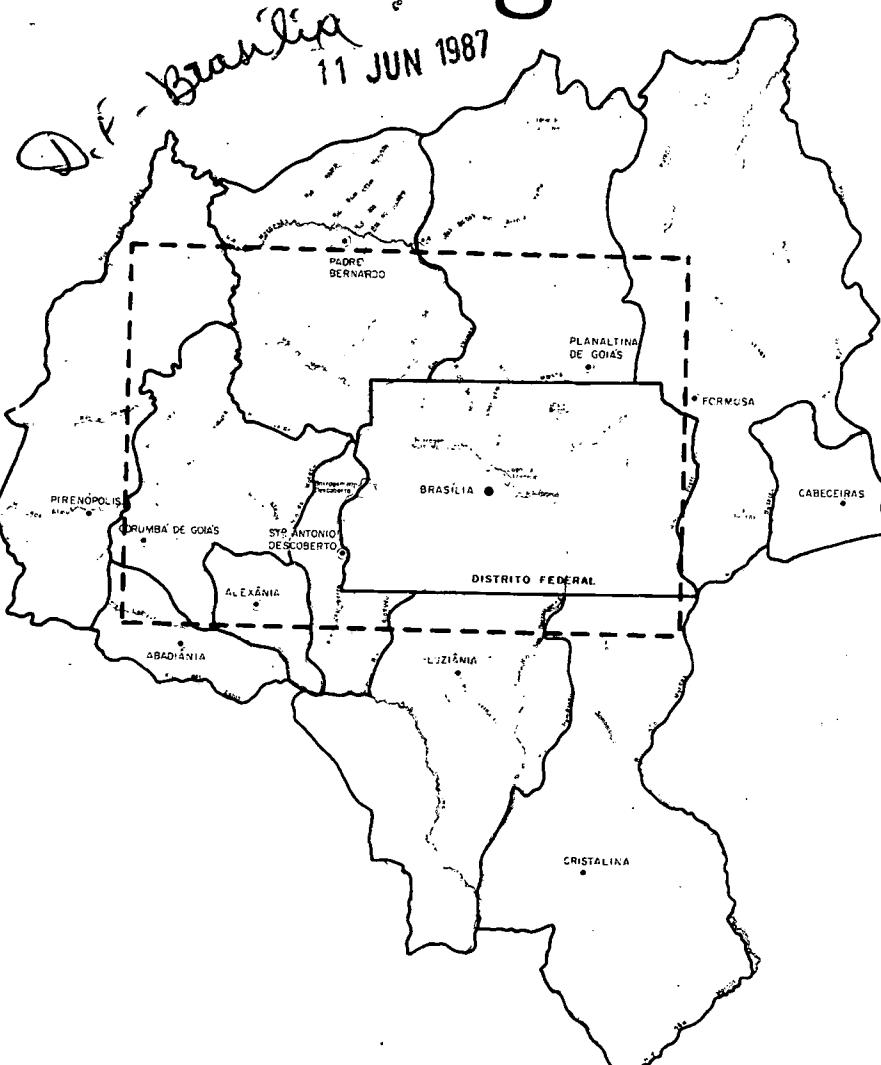


Aparecido quer criar CORREIO BRAZILIENSE área integrada ao DF



O que é (e o que poderá vir a ser)

A Quadrilátero Cruls (maior, em linhas tracejadas no mapa acima) representaria um significante aumento na atual área do DF. Mas a chamada "Região Integrada

do Planalto Central" não retiraria a autonomia política dos municípios goianos envolvidos. Ela prevê, apenas, a unificação da legislação.

Comissão surgiu em 1892

A Comissão Cruls foi instituída por portaria do presidente Floriano Peixoto em 17 de maio de 1892 para estudar a transferência da capital federal para o interior do País. O grupo foi batizado com o nome de seu coordenador, Luis Cruls, à época diretor do Laboratório Astronômico do Rio de Janeiro.

A comissão — integrado por 22 membros — concluiu seus trabalhos em março de 1893, definindo a zona fixada para implantação da nova capital: 14 mil e 400 metros quadrados, limitados por dois arcos de paralelos e dois de meridianos no Planalto Central. O relatório completo da comissão foi publicado em dezembro de 1894.

Em 1º de junho de 1894, o governo Floriano Peixoto criou nova comissão, também chefiada por Luis Cruls. Desta vez, para coordenar os estudos da "nova capital", definir sua exata localização dentro da área reservada e estudar o planejamento de um sistema viário que a interligasse com a capital.

Em novembro de 1894, com a posse de Prudente de Moraes, o novo presidente — o terceiro da República — encaminhou mensagem ao Congresso Nacional informando que os trabalhos realizados pela comissão estavam "prejudicados" pela falta de recursos. Em 3 de maio de 1897, Prudente de Moraes anunciaría a extinção da comissão.

A partir da década de 20, a campanha pela mudança da capital ganhou novo fôlego. Em artigo publicado na imprensa da época, João Gomes Coelho Ribeiro sugeriu o lançamento das

pedras fundamentais dos Palácios do Congresso no Planalto Central, dentro das comemorações do Centenário da Independência.

Em 7 de setembro de 1921, os deputados Americano Brasil (GO) e Rodrigues Machado (MA) apresentaram projeto dispondo sobre o lançamento definitivo da pedra fundamental da capital federal, que seria erguida no Planalto Central. A proposta seria sancionada no ano seguinte por decreto assinado pelo presidente Epitácio Pessoa.

Na data do Centenário da Independência do Brasil — 7 de setembro de 1922 — foi lançada a pedra fundamental de Brasília, numa colina a poucos quilômetros de Planaltina. A segunda constituição republicana (1935) garantia a mudança da capital, mas não a fixava. Em 1946, o presidente Dutra instituiu nova comissão de estudos — presidida pelo Eng. Mil Djalma Polli Coelho.

Os resultados da comissão transformaram-se em Lei que determinou as providências definitivas para escolha da área da nova capital. Em 8 de junho de

1953, novo grupo era instaurado para fixar em definitivo os sítios para construção de Brasília. A empresa americana Donald J. Belcher Incorporated foi contratada para realizar estudos técnicos de fotoanálise e fotointerpretação.

Em 30 de abril de 1955, o governador de Goiás, José Ludovico de Almeida, assinou decreto declarando "área de utilidade pública" o local demarcado para implantação de Brasília: 5 mil 188 quilômetros quadrados no Planalto Central. Ludovico criou também uma sexta comissão responsável pela mudança da capital.

Em janeiro de 1956, Juscelino Kubitschek de Oliveira assumia a Presidência da República para cumprir um mandato de cinco anos. Em 18 de abril de 1956, o presidente enviou mensagem ao congresso, batizada de "Mensagem Anápolis", que transformada na Lei 2874 de 19 de setembro de 1956 criou a Companhia Urbanizadora da Nova Capital. Brasília passou a ser a nova capital do País em 21 de abril de 1960.